

Por Alana Gandra

As doenças cardiovasculares, das quais a mais comum é a hipertensão (pressão alta), são atualmente a principal causa de morte no Brasil, atingindo cerca de 30% da população. Para alertar sobre o risco dessas doenças, a Associação dos Servidores do Instituto Nacional de Cardiologia (INC) promoveu nesta sexta-feira (29), em frente à sede da instituição, em Laranjeiras, o evento Nenhum Batimento a Menos.

Segundo o cardiologista Bernardo Tura, porta-voz da associação, o número de mortes causadas por doenças cardiovasculares é praticamente igual ao de mortes por câncer e por causas externas, como atropelamentos, assassinatos, envenenamento, suicídio, acidentes do trabalho; "tudo que é externo à pessoa".

A preocupação do instituto é evitar a doença cardiovascular porque, desse modo, "evitam-se outras doenças", disse Tura à Agência Brasil. Ele citou, entre os fatores de risco, o tabagismo, afirmando que, se a pessoa reduz o tabagismo, reduz o risco de doenças como o enfisema pulmonar e o câncer. Obesidade é outro fator de risco, mas, quando se reduz a obesidade, reduzem-se também a taxa de diabetes e a artrose. "Ao tratar a doença cardiovascular, tratam-se também outras doenças", reforçou o cardiologista. E este é mais um motivo para que a população dê importância à prevenção, acrescentou.

No evento de hoje, servidores do INC orientaram o público sobre as doenças cardiovasculares, prestando esclarecimentos sobre pressão alta, dieta e diversas formas para enfrentar problemas de saúde. Os pacientes do INC receberam também informações sobre seus direitos. Ao mesmo tempo, foi feita campanha para estimular a doação de sangue e de órgãos.

Carta

Em parceria com o Conselho Regional de Medicina (Cremerj), o Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro (SinMed-RJ) e outras entidades da área da saúde, a Associação dos Servidores do INC divulgou carta enviada ao ministro da Saúde, Ricardo Barros, na qual pede providências em relação à administração do instituto, que, segundo Bernardo Tura, está há um mês com um diretor interino. O cardiologista disse que, em 18 meses, o cargo foi ocupado por quatro pessoas e que o último diretor nomeado acabou recusando o posto antes de assumir.

Os servidores reivindicam que o novo diretor seja escolhido com base em critérios técnicos, para que o hospital, que tem 150 leitos e mais de 40 leitos de terapia intensiva e é um dos principais centros de transplante de coração do estado, continue funcionando com segurança administrativa. "Estamos abertos para discutir isso com o ministro", afirmou Tura. Segundo o médico, mesmo com as mudanças sucessivas na direção, o INC está conseguindo manter o atendimento com bom padrão de qualidade e de quantidade, mas alertou: "cada dia vai ser mais difícil".

De janeiro a agosto deste ano, o INC fez 1,1 mil procedimentos hemodinâmicos. Se mantiver o ritmo, vai fazer mais do que em todo o ano passado, quando foram feitos 1,5 mil procedimentos hemodinâmicos, informou Tura. Já foram feitos sete transplantes de coração este ano, superando os cinco de 2016, acrescentou.

Cremerj

O presidente do Cremerj, Nelson Nahon, afirmou que um hospital de alta complexidade como o INC, que faz transplantes cardíacos e pesquisas de DNA e células-tronco, não pode ficar sem direção. Ele sugeriu que o Ministério da Saúde nomeie de imediato um diretor para o instituto, escolhido em seu corpo clínico, "para tocar o trabalho", e que tenha, além de experiência, especialização em gestão

hospitalar.

Nahon disse que o INC está perdendo profissionais porque os contratos temporários não estão sendo renovados. Ele considerou a renovação desses contratos uma questão emergencial e defendeu a realização de concurso público para o INC e os demais hospitais federais do estado.

Ministério

Em nota, o Ministério da Saúde informou que tem buscado nomear gestores alinhados com a política de eficiência e economia instituídas durante a atual gestão.

"As nomeações recentes têm observado, além dos critérios técnicos, a capacidade dos gestores de melhorarem os serviços prestados à população. Neste momento, o Ministério da Saúde busca gestores que consigam alcançar esses objetivos. Cabe ressaltar, ainda, que a Constituição Federal prevê o princípio da imparcialidade da gestão e a livre nomeação ou exoneração de cargos públicos", conclui a nota.

Fonte: Agência Brasil, em 29.09.2017.